

MAIS ATRIBUIÇÕES

Guarda Municipal amplia atuação e passa a usar armas de calibre 12

Profissionais já atuam como seguranças do patrimônio público, mas também multam no trânsito e fazem abordagens

YARIMA MECCHI

A Guarda Municipal se afasta cada vez mais de sua função de guardar e proteger o patrimônio público e acaba assumindo funções que estão além de sua atribuição. Grupo de 102 guardas municipais concluiu o curso para uso de armas calibre .12, conforme publicado no Diário Oficial de Campo Grande (Diogrande) do dia 16 de outubro. Além de treinar e usar tal arma, que tem alto poder letal, os guardas ainda fazem a segurança de alguns órgãos públicos, aplicam multas de trânsito, fazem rondas pela cidade e até abordam “suspeitos”, atuando com poder de polícia. A grande gama de atribuições pode se tornar um risco, já que o tempo de treinamento dos guardas para uso de armas, por exemplo, é menor que o aplicado a policiais. O calibre .12 mesmo é munição altamente letal e usada apenas por grupos específicos da Polícia Militar (PM), segundo o comandante da corporação, coronel Waldir Ribeiro Acosta.

“É uma arma altamente letal e caso a pessoa seja atingida em um confronto, por exemplo, há grandes chances de óbito”

Coronel Waldir Ribeiro Acosta, comandante da Polícia Militar

E ontem, a prefeitura divulgou que mais 61 guardas podem fazer o curso para uso do armamento. A nova seleção interna também foi divulgada por meio do Diogrande. Acosta explica que, por ser um calibre altamente letal, as armas .12 são usadas em apenas três situações: proteção de grupo, dispersão de manifestantes e confronto armado.



EM JANEIRO. Armas de grosso calibre foram usadas pela GM no começo do ano, durante desocupação

“No dia a dia, apenas o Grupo do Choque e as viaturas de área têm [as armas]. Nos demais dias, usamos apenas como impacto em proteção de grupo, afinal, é uma arma longa. Também usamos para dis-

persão de manifestantes com munição não letal, elastômero, chamadas de bala de borracha, e, por fim, usamos em confronto armado”, sustentou. Alertando sobre o perigo do mau uso do armamento,

Acosta enfatiza que “é uma arma altamente letal e caso a pessoa seja atingida em um confronto, por exemplo, há grandes chances de óbito”, destacou o coronel. O comandante da PM des-

taca que todos os militares são treinados para uso dessas armas, mas alguns grupos preferem não utilizar. “No caso do Bope, os policiais preferem outro armamento, mas todos têm treinamento”, afirmou. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria Especial de Segurança e Defesa Social, os guardas passaram pelo curso do Grupo de Pronto Intervenção (GPI) ministrado pelo Exército. A reportagem procurou o secretário Valério Azambuja, responsável pela segurança municipal, mas dois assessores informaram que ele estava em reunião e, posteriormente, seguiria para a formatura dos guardas. Por telefone, ele não atendeu as ligações da reportagem. As perguntas foram encaminhadas ao secretário por meio de sua assessoria. Entre os questionamentos, está sobre em quais situações os guardas municipais vão usar esse tipo de armamento, mas até a publicação desta edição não houve retorno.

LIXO

Cobrança de taxa na conta de água é questionada pelo MPE

LEANDRO ABREU

Mesmo após aprovação pela Câmara Municipal para que a cobrança da taxa de coleta de lixo passe a ser feita na conta de água, o Ministério Público Estadual (MPE) abriu inquérito civil para investigar a mudança e também recomendou que a Prefeitura de Campo Grande não efetue a cobrança por meio da concessionária Águas Guariroba. Para o secretário de Finanças do município, Pedro Pedrossian Neto, o MPE é contraditório fazendo uma recomendação dessas. “Existem municípios aqui no Estado mesmo que cobram a taxa dessa forma, por recomendação do próprio Ministério Público. E de outro lado, ele questiona. Estamos seguindo tudo que eles falaram”, disse. Ainda conforme o secretário, três opções na forma de pagamento serão dadas ao contribuinte da Capital. “Primeiramente, a taxa virá junto da conta de água, caso a pessoa não queira, um telefone gratuito estará disponível na conta para que ele entre em contato com a concessionária e separe os valores”, diz. As opções são: “Ele pode pedir um boleto à parte, um outro código de barras na própria conta de água ou até mesmo que volte a ser



COLETA. Um dos pagamentos que são feitos com recurso arrecadado com a taxa é o da Solurb, que recolhe lixo na Capital

cobrado dentro do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)”, explicou. Um dos motivos para a mudança na forma de cobrança da taxa é o alto índice de inadimplência do IPTU. Mas a separação da taxa na conta de água também pode fazer com que o contribuinte pague apenas o consumo de água e deixe de pagar a taxa de coleta, mantendo a baixa arrecadação da prefeitura. “Nesse caso, não temos o que fazer. Paciência. Estamos cumprindo o que foi recomendado”, completou o secretário. O Ministério Público reco-

menda que, com a aprovação da lei complementar que muda a taxa do IPTU para a conta de água, nesta quinta-feira, pela Câmara, a prefeitura não aplique a cobrança na conta de água. A recomendação segue também para a concessionária Águas Guariroba. O MPE diz para a empresa não emitir a taxa em sua conta. A reportagem tentou contato com um dos promotores de Justiça que assinam o inquérito e a recomendação, mas até o fechamento da reportagem não houve retorno.

SERRADINHO

Justiça dá um ano para prefeitura solucionar alagamento

IZABELA JORNADA

Decisão proferida pelo juiz David de Oliveira Gomes Filho deu prazo de um ano para que o Município de Campo Grande realize obras no Bairro Serradinho, para solucionar problemas de drenagem, sob pena de multa no valor de R\$ 50 mil por mês em caso de atraso nas obras. O Ministério Público Estadual foi quem ajuizou a ação. O município também deverá pagar o valor de R\$ 70 mil de indenização a título de dano moral por imóvel atingido, bem como ressarcir os danos materiais. A ação civil pública foi ajuizada no dia 22 de novembro deste ano e obteve, na 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, sentença de procedência dos pedidos. Segundo a promotora de Justiça Marina Borges Maciel Pinheiro, o ajuizamento da ação civil pública se deu em razão da inércia do Município de Campo Grande em adotar medidas efetivas para solucionar o problema de drenagem pluvial do Bairro Serradinho.

OURO DE OFIR

Golpistas espalham notícia falsa sobre Polícia Federal

RENAN NUCCI

Estelionatários investigados pela Polícia Federal durante a Operação Ouro de Ofir, deflagrada na terça-feira, continuam a agir. Com a prisão dos líderes do esquema de fraudes financeiras em Campo Grande, corretores e até mesmo pastores envolvidos compartilham, em redes sociais e grupos de WhatsApp, o print de notícia falsa publicada em um site de Mato Grosso do Sul. O objetivo é desacreditar as ações da PF e aliciar mais investidores para aplicações em um fundo que promete lucro exorbitante, a partir da repatriação de recursos de uma mina de ouro inexistente. De acordo com a PF, foi instaurado inquérito para apurar a autoria de uma foto atribuindo à instituição uma falsa confissão de que teria errado ao de-

sencadear a operação e prender seu principal alvo, Celso Eder de Araújo, gerente da empresa Company Consultoria Empresarial Eirelli. Sidney Anjos Però e Anderson Flores também foram presos. Com o título “Polícia Federal admite erros em Operação Ouro de Ofir, Celso Eder Araújo mostra valores que serão pagos a partir de hoje a investidores”, o falso print não mostra detalhes de texto, apenas a manchete. Também existem áudios com objetivo de gerar confusão às vítimas para que não denunciem e, em alguns casos, aporem mais recursos para enriquecimento dos criminosos, como restou provado pelas buscas e apreensões realizadas. Os responsáveis pela disseminação de tais arquivos também serão investigados.



OPERAÇÃO. Na terça-feira, operação desencadeada em Campo Grande, Terenos e Goiânia (GO) prendeu três pessoas